



**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUÍPE**

**RELATÓRIO DE GESTÃO  
(ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO, PATRIMONIAL E FISCAL)**

Sumário

<b>1. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.....</b>	<b>2</b>
<b>1.1. Balanço Orçamentário.....</b>	<b>2</b>
<b>1.1.1 RECEITA ORÇAMENTÁRIA .....</b>	<b>3</b>
<b>1.1.2 DESPESA ORÇAMENTÁRIA .....</b>	<b>3</b>
<b>1.1.3 RESTOS A PAGAR .....</b>	<b>4</b>
<b>2. GESTÃO FINANCEIRA .....</b>	<b>4</b>
<b>3. GESTÃO PATRIMONIAL.....</b>	<b>5</b>
<b>4. MEDIDAS ADOTADAS PARA ASSEGURAR A BOA GESTÃO DOS RECURSOS.....</b>	<b>5</b>
<b>4.1 Recursos aplicados em Saúde .....</b>	<b>6</b>
<b>4.2 Recursos aplicados em Educação.....</b>	<b>6</b>
<b>4.3 Transferência para o Poder Legislativo.....</b>	<b>7</b>
<b>4.4 Limites LRF .....</b>	<b>7</b>
<b>4.5 Cumprimento dos Programas previstos na LOA/2017 .....</b>	<b>7</b>



**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUÍPE**

**RELATÓRIO DE GESTÃO  
(ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO, PATRIMONIAL E FISCAL)**

**1. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA**

A Gestão Orçamentária decorre da formulação de um planejamento, onde há a definição de parâmetros e orientações, a fim de subsidiar os gestores de recursos na implementação das diversas políticas públicas formuladas sempre com o objetivo de atender às necessidades da população.

As bases orçamentárias da gestão em 2017 foram lastreadas nos instrumentos constitucionais e legais descritos a seguir:

**Plano Plurianual – PPA:** o Plano Plurianual instituído pela Lei nº 491, de 13 de dezembro de 2013, para o período de 2014-2017, se constitui numa importante peça do sistema de planejamento governamental – definido pela Carta Magna, estabelecendo de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas para os dispêndios e investimentos e as pertinentes aos programas de duração continuada. Assim, o Plano Plurianual constitui-se em instrumento intermediário entre o Planejamento Estratégico, de longo prazo, e os orçamentos anuais.

**Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO:** as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2017 foram estabelecidas pela Lei nº 508 em 12 de Agosto de 2016, contemplando prioridades e metas a serem alcançadas pelas ações governamentais em conformidade com o disposto no §29 do Art. 165 da Constituição Federal, no §29 do Art. 159 da Constituição Estadual e na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

**Lei Orçamentária Anual – LOA:** o orçamento de 2017 foi aprovado pela Lei nº 511, de 13 de dezembro de 2016, apresentando a estimativa da receita e a fixação da despesa nos termos das Constituições Federal e Estadual, e compatível com as ações estruturadas pelo PPA e com as diretrizes estabelecidas na LDO.

**1.1. Balanço Orçamentário**

O Balanço Orçamentário é o instrumento que demonstra a execução orçamentária da entidade pública e sua estrutura obedece ao modelo proposto pela Lei Federal nº 4.320/64, apresentando uma configuração em duas seções onde são demonstradas as receitas previstas e as despesas fixadas, em confronto com os ingressos orçamentários e as despesas empenhadas. A partir da



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUÍPE**

**RELATÓRIO DE GESTÃO**  
**(ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO, PATRIMONIAL E FISCAL)**

comparação entre as receitas e as despesas, o resultado poderá ser deficitário, superavitário ou de equilíbrio orçamentário.

O Orçamento foi executado considerando as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas, conforme estabelece o Art. 35 da Lei citada, escrituradas através das contas de controle orçamentário, classes 5 e 6 do PCASP.

**1.1.1 RECEITA ORÇAMENTÁRIA**

A Receita Total teve uma realização no valor de R\$ 10.204.524,43 significando uma execução de 45,64% do orçamento previsto atualizado, ocorrendo assim uma frustração de arrecadação no montante de R\$ 1.832.452,05.

**1.1.2 DESPESA ORÇAMENTÁRIA**

O orçamento inicial, de acordo com o aprovado através da LOA, foi de R\$ 15.669.604,17, mas, ao longo do exercício sofreu alterações, sendo atualizado o valor total passando a dispor de R\$ 9.931.992,85.

A execução orçamentária da despesa foi de R\$ 6.272.164,72, pormenorizadas nos seguintes itens:

Descrição	Valor Empenhado
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.134.934,55
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.693.456,00
INVESTIMENTOS	307.834,63
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	135.939,54
<b>TOTAL</b>	<b>6.272.164,72</b>

Quando comparamos o montante da receita arrecadada com o total da despesa empenhada, nota-se que houve superávit na execução orçamentária no exercício de 2017 de R\$ 3.932.359,71, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	Valores
Receita Arrecadada	10.204.524,43
Despesa Empenhada	6.272.164,72
<b>Superávit orçamentário</b>	<b>3.932.359,71</b>

Já a despesa liquidada foi no montante de R\$ 6.272.164,72, detalhada nos seguintes itens:



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUÍPE**

**RELATÓRIO DE GESTÃO**  
**(ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO, PATRIMONIAL E FISCAL)**

Descrição	Valor Liquidado
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.134.934,55
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.693.456,00
INVESTIMENTOS	307.834,63
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	135.939,54
<b>TOTAL</b>	<b>6.272.164,72</b>

Em relação à despesa fixada na Lei de Orçamento para o exercício de 2017, observa-se que houve uma economia na execução na ordem de R\$ 3.659.828,13, conforme demonstramos a seguir:

Descrição	Valores
Despesa Autorizada	9.931.992,85
Despesa Empenhada	6.272.164,72
<b>Economia Orçamentária</b>	<b>3.659.828,13</b>

### 1.1.3 RESTOS A PAGAR

Como se pode observar no Anexo 12 - Balanço Orçamentário do total da despesa executada, cerca de 94,67% foram pagas, gerando dessa forma Restos a Pagar no montante de R\$ 333.956,57, equivalente a aproximadamente 5,33% da despesa empenhada, conforme a seguir demonstrado:

Descrição	Valores
Valor Empenhado	6.272.164,72
Valor Liquidado	6.272.164,72
Valor Pago	5.938.208,15
Restos a Pagar Processados	333.956,57
Restos a Pagar não Processados	0,00
<b>Total dos Restos a Pagar</b>	<b>333.956,57</b>

## 2. GESTÃO FINANCEIRA

Realizar a Gestão Financeira significa o planejamento, a análise e o controle dos recursos diversos financeiros da Prefeitura Municipal de Jacuípe com o fim de atender às diversas funções da despesa, bem como buscar uma administração eficiente das reservas financeiras para cobertura das obrigações constitucionais e legais.



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUÍPE**

**RELATÓRIO DE GESTÃO**  
**(ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO, PATRIMONIAL E FISCAL)**

No gerenciamento da movimentação de recursos financeiros da Prefeitura Municipal de Jacuípe são consideradas as disponibilidades existentes, ou seja, o efetivo Ingresso de recursos em caixa.

O Resultado Financeiro consiste na diferença entre os ingressos e os dispêndios, onde demonstra um positivo de R\$ 7.178.851,08, apurado da seguinte forma:

Descrição	Valores
Receitas Orçamentárias	10.204.524,43
Receitas Extra-orçamentária	377.882,74
(-) Despesa Orçamentária	5.938.208,15
(-) Despesa Extra-orçamentária	4.522.689,75
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>121.509,27</b>
<i>Saldo Financeiro do Exercício Anterior</i>	<i>241.722,39</i>
<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>363.231,66</b>

### 3. GESTÃO PATRIMONIAL

Na avaliação da Gestão Patrimonial são considerados os dados referentes à situação de liquidez, à estrutura de captação e à rentabilidade da aplicação de recursos, assim como as ações e decisões governamentais que influenciaram a estrutura patrimonial no período analisado.

A administração do patrimônio público corresponde à verificação das necessidades de manutenção ou aumento dos ativos circulantes e não circulantes, tendo em vista o cumprimento das obrigações imediatas constantes do passivo circulante, bem como a redução dos compromissos de longo prazo do passivo não circulante.

A apuração da diferença entre Ativo e Passivo Circulantes fornece o resultado em curto prazo do Balanço Patrimonial. A diferença positiva indica um Superávit e a negativa um Déficit, com relação à capacidade de saldar compromissos no curto prazo.

Em 2017, pode-se verificar a existência de um Déficit Bruto no curto prazo de R\$ 20.050,82— diferença entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante - indicando que os direitos de curto prazo do Município de Jacuípe são insuficientes para saldar suas obrigações de curto prazo.

### 4. MEDIDAS ADOTADAS PARA ASSEGURAR A BOA GESTÃO DOS RECURSOS



**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUÍPE**

**RELATÓRIO DE GESTÃO  
(ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO, PATRIMONIAL E FISCAL)**

Para assegurarmos uma boa gestão dos recursos públicos, estamos sempre observando os princípios da Administração Pública: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência. Além de promovemos a seleção das despesas essenciais e postergação dos gastos não prioritários.

Promovemos a Transparência das ações governamentais por meio da ampla divulgação, bem como realização de Audiências Públicas mensais e trimestrais junto aos Conselhos Municipais de Educação e de Saúde, respectivamente, com vistas, a prestar contas dos recursos aplicados em Educação e nas ações de Saúde Pública.

Realizamos também audiências públicas quadrimestralmente com a avaliação do cumprimento das metas fiscais, obedecendo ao disposto no § 4º, art. 9º da LC nº 101/2000, a LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Após a implantação do Portal da Transparência para divulgação da arrecadação das receitas, pagamentos das despesas de fornecedores e prestadores de serviços, relação de pagamento mensal do funcionalismo, prestações de contas anuais, relatórios da execução orçamentária e da gestão fiscal.

Disponibilizamos, através do Web Site e a toda sociedade, consulta dos pagamentos efetuados aos fornecedores que prestam serviços a esta municipalidade, aumentando a transparência e melhorando a gestão dos recursos públicos.

Efetivamos o planejamento das ações do governo através das peças de planejamento que atendem e que estão em consonância com as necessidades dos serviços públicos a serem prestados aos munícipes.

#### **4.1 Recursos aplicados em Saúde**

Conforme Lei Complementar 141/12, os Municípios e o Distrito Federal devem aplicar anualmente em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% da arrecadação dos impostos. Adicionalmente, a Prefeitura Municipal de Jacuípe define em Lei Orgânica aplicação mínima de 15%. No ano de 2017, por meio da Fundo Municipal de Saúde, esse Município investiu em Saúde 18,52% dos impostos arrecadados.

#### **4.2 Recursos aplicados em Educação**



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUÍPE**

**RELATÓRIO DE GESTÃO**  
(ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO, PATRIMONIAL E FISCAL)

A Prefeitura Municipal de Jacuípe, por meio da Fundo Municipal de Educação, aplicou 26,30% em Educação no ano de 2017. Dos recursos do FUNDEB, foram aplicados 76,79% com profissionais do magistério e os demais recursos (os 23,21% restantes) foram aplicados em despesas de manutenção das escolas que compõem esse município.

#### **4.3 Transferência para o Poder Legislativo**

No ano de 2017 foi repassado duodécimo no valor de R\$ 821.387,39 para a Câmara Municipal de Jacuípe, o equivalente a 7% da Receita Corrente Líquida apurado nas contas da Prefeitura no ano de 2016.

#### **4.4 Limites LRF**

Os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) foram atendidos pela Prefeitura Municipal de Jacuípe, conforme tabela apresentada abaixo. As informações estão apresentadas em porcentagem e o realizado pela Prefeitura foi calculado com base na Receita Corrente Líquida (RCL).

LIMITES LRF	Limites LRF %	% Realizado sobre a RCL
Despesa Total com Pessoal	54,00	43,37
Dívida Consolidada Líquida	120,00	18,99
Garantia de Valores	22,00	0,00
Operações de Crédito Internas e Externas	16,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	7,00	0,00

#### **4.5 Cumprimento dos Programas previstos na LOA/2017**

Conforme Art. 4º da LOA/2015, nº 5.337, a despesa deveria ser realizada segundo a discriminação dos quadros Programa de Trabalho e Natureza da Despesa, descritos na própria Lei. Ao confrontar a dotação inicial de cada despesa com os respectivos valores empenhados, nota-se que este município se dedicou ao máximo para realizar todas as ações propostas diante dos recursos disponíveis. O quadro abaixo demonstra os gastos realizados em cada despesa por função.

FUNÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADO
Legislativa	862.932,00	796.677,23
Administração	4.496.405,04	3.237.143,18



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUÍPE**

**RELATÓRIO DE GESTÃO**  
**(ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO, PATRIMONIAL E FISCAL)**

Assistência Social	1.834.729,14	806.978,70
Previdência Social	2.968.287,10	2.337.153,70
Saúde	5.041.382,63	3.792.859,59
Educação	13.140.510,14	11.347.586,56
Urbanismo	3.270.076,80	2.468.697,01
Habitação	134.419,88	51.573,15
Saneamento	68.432,40	0,00
Agricultura	308.917,30	126.227,53
Transporte	627.783,17	197.658,90
Desporto e Lazer	261.034,15	54.925,41
Encargos Especiais	274.094,30	135.939,54
Reserva de Contingência	215.806,66	0,00

Diante desses números, constata-se que os gastos da Prefeitura foram equilibrados em comparação a dotação atualizada, uma vez que, mesmo diante da redução de receitas, os montantes executados não destoam da proposta inicial de execução.